

Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A.

Sociedade Aberta

Rua Misericórdia, 12 a 20, Piso 3, Esc. 7 – 1200-273 Lisboa

Registada na Conservatória do

Registo Comercial de Lisboa Sob nº 30.365

Pessoa Colectiva nº 500.136.971

Capital Social: 12.500.000 Euros

GRUPO GRÃO-PARÁ



INFORMAÇÃO SEMESTRAL

CONSOLIDADA

2006

Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A.

Relatório Consolidado de Gestão do 1º Semestre de 2006

Nos termos legais e estatutários, vimos apresentar a informação semestral consolidada, respeitante ao 1º Semestre do ano 2006.

1. Actividade Corrente do Grupo

A operação hoteleira sofreu no semestre um ligeiro abrandamento face ao semestre homólogo do ano transacto, que se prevê tenha recuperação no segundo semestre do exercício. O Hotel Atlantis Sintra Estoril teve uma redução da facturação de € 664.235 para € 613.809, representando - 7,6%, face ao período homólogo de 2005. O Aparthotel Solférias, no Carvoeiro, teve uma redução da facturação de € 133.743 para € 121.394, representando 9,2 %, face ao período homólogo de 2005.

O Hotel Atlantis Vilamoura teve uma significativa evolução positiva da receita de 1.746.594 Euros para 2.175.582 euros, representando um aumento de 24,5%, face ao período homólogo do ano de 2005.

Conforme previsto foi completada a construção do novo edifício de ampliação da Estalagem da Cegonha, com vinte e quatro quartos, indo proceder-se agora à respectiva decoração para entrar em operação no ano de 2007.

2. Acção para reconhecimento do Crédito Fiscal

Conforme expresso no Relatório de Gestão referente ao exercício de 2005, em 26 de Abril do corrente ano, transitou em juízo o Acórdão do Tribunal Constitucional, acompanhando o teor da decisão do Tribunal Central Administrativo que, reconhecendo embora a existência de um crédito do Grupo Grão Pará sobre o Estado - resultante da diferença entre a avaliação oficial do Hotel Atlantis Madeira e o valor das dívidas liquidadas ao Estado, na dação em cumprimento efectuada - conferiu-lhe o carácter de um crédito cível e não fiscal, sendo portanto susceptível de renúncia, a favor do Estado, por parte das Empresas credoras. Face a esta decisão, decidiram as empresas do Grupo ingressar em juízo com uma nova acção, contestando tal decisão com fundamento no enriquecimento sem justa causa do Estado.

3. Situação Económico-Financeira

Por força do Acordão supra referido, procedemos à alienação do Hotel Atlantis Vilamoura a um fundo de investimento, tendo com essa operação liquidado a totalidade das responsabilidades perante o fisco e a segurança social do Grupo e ainda diminuindo em 12 milhões de euros as responsabilidades bancárias, tendo ainda simultaneamente celebrado com o Banco Espírito Santo um acordo de transformação da dívida remanescente após essa liquidação, a um prazo de dez anos, a exemplo do que fora feito no ano de 2005 com o BCP.

4. Terrenos do Autódromo

A acção que intentámos contra o Estado, para reconhecimento dos direitos construtivos aprovados nos terrenos propriedade da Autodril Sociedade Imobiliária e já referenciada no Relatório Consolidado de Gestão referente a 2005, não teve qualquer evolução.

5. Servidão Aeronáutica

Conforme expresso no Relatório de Gestão referente a 2005 e na ausência de constituição de servidão aeronáutica incidente sobre os terrenos propriedade da Matur, accionámos a ANAM e o Governo Regional da Madeira, no sentido de, em prazo curto, constituírem a referida servidão, ultrapassados que estão mais de dois anos sobre o termo legal para a sua constituição.

6. Perspectivas Futuras

O futuro das vossas sociedades resultará do desenvolvimento dos projectos turístico-comerciais, a levar a efeito nas áreas de nossa propriedade, bem como de exploração das unidades hoteleiras que possuímos. Com a liquidação de todo o passivo ao Estado, por um lado, e a diminuição e consolidação do remanescente passivo bancário, procuramos consolidar uma posição de segurança, capaz de viabilizar o nosso Grupo de Empresas.

Lisboa, 27 de Setembro de 2006

A Administração
Dr. Abel Saturnino de Moura Pinheiro
Dr. Pedro Caetano de Moura Pinheiro

Grupo Grão-Pará

Indicação do número de valores mobiliários emitidos pela sociedade com as quais esteja em relação de domínio ou de grupo detidos por titulares dos órgãos sociais, e todas as aquisições, onerações ou transmissões reportado a 30 de Junho de 2006;

D. Fernanda Pires da Silva

- Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A.	671.582 Acções
- Interhotel – Soc. Internacional de Hotéis, S.A.	12.714 “
- Matur – Soc. Empreend. Turísticos da Madeira, S.A.	42.418 “
- Autodril – S.G.P.S., S.A.	1.000 “
- Somotel - Soc. Portuguesa de Motéis, S.A.	2.437 “
- Comportur – Comp. Urb. Turismo, S.A.	17.903 “

Dr. Abel Pinheiro, directamente;

- Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A.	34.288 Acções
- Interhotel – Soc. Internacional de Hotéis, S.A.	24 “
- Matur – Soc. Empreend. Turísticos da Madeira, S.A.	1.002 “
- Somotel - Soc. Portuguesa de Motéis, S.A.	20 “
- Comportur – Comp. Urb. Turismo, S.A.	467 “

Indirectamente através da Soc. Santa Filomena, SGPS;

- Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A.	249.373 Acções
- Interhotel – Soc. Internacional de Hotéis, S.A.	12.917 “
- Matur – Soc. Empreend. Turísticos da Madeira, S.A.	4.796 “
- Somotel - Soc. Portuguesa de Motéis, S.A.	1.610 “
- Comportur – Comp. Urb. Turismo, S.A.	2.594 “

Indirectamente através da Soc.KB BUSINESS CORP.;

- Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A.	224.000 Acções
---	----------------

Dr. Pedro Caetano de Moura Pinheiro, directamente;

- Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A. (Adquiridas 394 durante este semestre)	30.844 Acções
--	---------------

Indirectamente através da Soc. EDINGER HOLDINGS LLC;

- Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A.	88.634 Acções
---	---------------

Lista dos titulares de participações sociais qualificadas, com indicação do número de acções detidas e percentagem de direitos de voto correspondentes, calculada nos termos do artigo 20º do Cód. VM, reportada a 30 de Junho de 2006:

	Nº Acções	% Capital	% de Votos
- D. Fernanda Pires da Silva	671.582	26,86	33,98
- Dr. Abel Pinheiro (Santa Filomena e KB Business)	507.661	20,31	25,69
- Dr. Pedro Pinheiro (Edinger Holdings LLC)	119.478	4,78	6,05
- Autodril – S.G.P.S., S.A.	440.180	17,61	0
- Matur – Soc. Emp. Turísticos da Madeira, S.A.	83.234	3,33	0
- EDEC – Edificações Económicas, S.A.	150.924	6,04	7,64
- Herdeiros doSr. João Paulo Teotónio Pereira	54.159	2,17	2,74
- Medes Holding LLC	213.766	8,55	10,82

GRUPO GRÃO-PARÁ

Balanço Consolidado em 30 de Junho de 2006 e 30 de Junho de 2005

(Valores expressos em euros)

	Notas	30-06-2006	30-06-2005
Activo			
Não Corrente			
Imobilizações corpóreas	2.6 e 14	109.014.247	118.306.237
Imobilizações incorpóreas	2.7 e 15		
Investimentos financeiros	2.8 e 16	1.041.873	1.041.873
Impostos diferidos activos			
Outros activos não correntes			
Total dos activos não correntes		110.056.120	119.348.110
Corrente			
Existências	2.10 e 19	10.304.713	10.292.841
Contas a receber de clientes	2.9	896.133	563.686
Outras dívidas de terceiros	20	19.732.722	17.767.012
Outros activos correntes	21	477.971	430.284
Caixa e equivalentes	2.11 e 22	15.469	18.508
Total dos activos correntes		31.427.008	29.072.331
Total do Activo		141.483.128	148.420.441
Capital próprio e passivo			
Capital	23	12.500.000	12.500.000
Reservas		23.643.974	34.509.141
Resultado liquido do exercício		-3.862.470	-5.933.871
Total do capital próprio		32.281.504	41.075.270
Interesses minoritários		2.964.089	3.515.768
Empréstimos bancários			
Outros credores não correntes			
Impostos diferidos passivos	17	12.295.937	12.351.781
Total dos passivos não correntes		12.295.937	12.351.781
Empréstimos bancários	27	64.536.519	68.896.914
Fornecedores	2.16	990.679	1.328.958
Outras dividas a terceiros	29	18.871.947	12.662.789
Provisões	2.14 e 30	144.254	144.254
Outros passivos correntes	31	9.398.199	8.444.708
Total dos passivos correntes		93.941.598	91.477.623
Total da passivo, interesses minoritários e capital próprio		141.483.128	148.420.441

Lisboa, 27 de Setembro de 2006

O Técnico Oficial de Contas Nº 33.321
Sandra Vieira

A Administração
Dr. Abel Saturnino de Moura Pinheiro
Dr. Pedro Caetano de Moura Pinheiro

GRUPO GRÃO-PARÁ

Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas a 30 de Junho de 2006 e 2005
(Valores expressos em euros)

	Notas	30-06-2006	30-06-2005
Proveitos Operacionais			
Vendas e Prestação de Serviços	2.3 e 6	3.029.088	2.668.353
Outros Proveitos Operacionais	7	165.788	772.162
Varição da Produção		2.815	117
Total dos Proveitos Operacionais		3.197.691	3.440.632
Custos Operacionais			
Mercadorias e Matérias Consumidas		507.137	453.753
Fornecimentos e Serviços Externos	8	1.087.367	971.672
Custos com o Pessoal	9	2.631.842	2.742.465
Amortizações	10	1.229.215	1.302.240
Provisões		0	30.999
Outros Custos Operacionais	11	1.068.911	169.492
Total dos Custos Operacionais		6.524.472	5.670.621
Resultado Operacional		-3.326.781	-2.229.989
Resultados Financeiros	12	-708.259	-4.053.052
Perdas relativas a Empresas Associadas			
Lucros antes de Impostos			
Imposto sobre o rendimento	2.17 e 13	-18.802	-2.578
Resultado depois de Imposto		-4.016.238	-6.280.463
Interesses Minoritários	26	-153.768	-346.592
Resultado Consolidado do exercício		-3.862.470	-5.933.871

Lisboa, 27 de Setembro de 2006

O Técnico Oficial de Contas Nº 33.321
Sandra Vieira

A Administração
Dr. Abel Saturnino de Moura Pinheiro
Dr. Pedro Caetano de Moura Pinheiro

GRUPO GRÃO-PARÁ
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS A 30 DE JUNHO DE 2006 E 2005

(Valores expressos em euros)

	Capital	Acções Próprias	Prémio de Emissão de Acções	Diferenças de Consolidação	Reservas Reavaliação	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Ex.	Total
Movimentos do 1º Semestre de 2005										
Saldo em 1 de Janeiro de 2005	12.500.000	-3.367.236	4.888.219	-15.290.077	66.440.719	3.215.988	3.542.055	-17.500.230	-7.419.526	47.009.912
Aplicação do Resultado de 2004						33.917		-7.453.443	7.419.526	0
Resultado Líquido									-5.933.871	-5.933.871
Outros				-589.684	-1.759.530			2.348.443		-771
Saldo em 30 de Junho de 2005	<u>12.500.000</u>	<u>-3.367.236</u>	<u>4.888.219</u>	<u>-15.879.761</u>	<u>64.681.189</u>	<u>3.249.905</u>	<u>3.542.055</u>	<u>-22.605.230</u>	<u>-5.933.871</u>	<u>41.075.270</u>
Movimentos do 1º Semestre de 2006										
Saldo em 1 de Janeiro de 2006	12.500.000	-3.367.236	4.888.219	-15.879.837	60.189.661	3.249.905	3.542.055	-18.113.702	-10.866.339	36.142.726
Aplicação do Resultado de 2005								-10.866.339	10.866.339	0
Resultado Líquido									-3.862.470	-3.862.470
Outros				-595.528	-4.511.592			5.108.370		1.249
Saldo em 30 de Junho de 2006	<u>12.500.000</u>	<u>-3.367.236</u>	<u>4.888.219</u>	<u>-16.475.365</u>	<u>55.678.069</u>	<u>3.249.905</u>	<u>3.542.055</u>	<u>-23.871.671</u>	<u>-3.862.470</u>	<u>32.281.506</u>

Lisboa, 27 de Setembro de 2006

O Técnico Oficial de Contas Nº 33.321
Sandra Vieira

A Administração
Dr. Abel Saturnino de Moura Pinheiro
Dr. Pedro Caetano de Moura Pinheiro

Grupo Grão-Pará

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2006

(Montantes expressos em Euros)

1. Actividade

O **Grupo Grão-Pará** é constituído por várias empresas, com diversas áreas de actividade, das quais se destacam a do turismo e a imobiliária.

2. Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na determinação dos resultados do exercício e apresentação da situação financeira são as seguintes:

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, organizados e elaborados segundo as disposições do normativo contabilístico vigente em Portugal (Plano Oficial de Contabilidade e Directrizes Contabilísticas da Comissão de Normalização Contabilística), ajustados para dar cumprimento às Normas Internacionais de Relato Financeira efectivas para o exercício iniciado em 1 de Janeiro de 2005.

A Imobiliária Construtora Grão-Pará adoptou os IFRS na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas pela primeira vez no exercício de 2005, pelo que nos termos do disposto no IFRS 1 – Primeira Adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro, se considera que a transição dos princípios contabilísticos portugueses para o normativo internacional se reporta a 1 de Janeiro de 2004.

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2004, apresentadas para efeitos comparativos, foram igualmente preparadas de acordo com aqueles princípios, considerando adicionalmente as disposições do IFRS 1 na determinação dos ajustamentos efectuados à data de 1 de Janeiro de 2004 (data de transição). As divulgações relativas a transição do normativo contabilístico em vigor em Portugal, para os IFRS, designadamente os ajustamentos em Capital Próprio e Resultados do Exercício relativos a 1 de Janeiro de 2004, foram apresentados à CMVM em Abril de 2005.

2.2 Bases de consolidação

Participações financeiras em empresas do grupo e associadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A. e das filiais em que participa, directa e indirectamente, no respectivo capital social de modo maioritário e exercendo o controlo da sua gestão, as quais foram englobadas pelo método de consolidação integral, com excepção das que têm um valor patrimonial reduzido, ou que se encontram desactivadas, as quais são apresentadas na Nota 3.

Saldos e transacções entre empresas do grupo

Para as empresas englobadas pelo método da consolidação integral, os saldos e as transacções (com os correspondentes proveitos e custos) entre as empresas objecto de consolidação foram eliminados.

Diferenças de consolidação

As diferenças, tanto positivas como negativas, entre o valor contabilístico dos investimentos financeiros e o valor atribuível aos activos líquidos adquiridos, são relevadas na rubrica “Diferenças de consolidação” no Capital próprio. As variações ocorridas na situação líquida das participadas são relevadas nas diversas

rubricas do Capital próprio. O valor correspondente à participação de terceiros é apresentado no balanço consolidado na rubrica de “Interesses minoritários”.

As diferenças de consolidação originadas em aquisições anteriores à data de transição para as IFRS (1 de Janeiro de 2004) foram mantidas pelos valores líquidos apresentadas de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal.

2.3 Reconhecimento do Rédito

Vendas e prestações de Serviços

Os proveitos decorrentes das vendas são reconhecidos na Demonstração de Resultados quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos activos vendidos são transferidos para o comprador. Os proveitos associados com a prestação de serviços são reconhecidos na Demonstração dos Resultados em função do grau de execução do serviço.

Custos financeiros líquidos

Os custos financeiros líquidos representam essencialmente juros de empréstimos obtidos, juros de aplicações financeiras e ganhos e perdas cambiais.

Os custos financeiros líquidos são reconhecidos em resultados numa base de acréscimo durante o período a que dizem respeito.

2.4 Transacções em moeda diferente do euro

As transacções em moeda diferente do euro são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor à data da transacção.

À data do balanço, os activos e passivos monetários expressos em moeda diferente do euro são convertidos à taxa de câmbio em vigor a essa data e as diferenças de câmbio resultantes dessa conversão são reconhecidos como resultados do exercício.

2.5 Gestão dos riscos financeiros

A exposição do Grupo a riscos financeiros inclui variações cambiais e variações de taxa de juro.

Risco cambial

O risco cambial tem origem no empréstimo junto do BES no valor de 18.309.921,44 USD.

Risco da taxa de juro

Os empréstimos vencem juros a taxas variáveis. O Grupo não tem recorrido a instrumentos de cobertura da taxa de juro.

Risco de crédito

O Grupo não tem concentração significativa de risco de crédito uma vez que as suas vendas, sendo relacionadas com prestações de serviços em hotéis, são na sua quase totalidade efectuadas a pronto pagamento. Para as vendas a crédito existem políticas que asseguram que as mesmas são efectuadas a clientes com adequado historial de crédito.

Risco de liquidez

O Grupo assegura a manutenção das disponibilidades necessárias através da utilização de linhas de crédito negociadas com alguns Bancos.

2.6 Imobilizações corpóreas

As Imobilizações corpóreas adquiridas até 31 de Dezembro de 2003 encontram-se registadas ao custo considerado, que corresponde ao seu custo de aquisição ou custo de aquisição reavaliado com base em índices de preços nos termos da legislação em vigor, deduzidas das correspondentes depreciações acumuladas.

A partir dessa data as Imobilizações Corpóreas, com a excepção dos terrenos e edifícios, encontram-se registadas ao custo de aquisição ou de produção, deduzidos de depreciações acumuladas e de eventuais perdas de imparidade acumuladas. Considera-se como custo de aquisição o preço de compra adicionado das despesas imputáveis à compra.

Decorrente da excepção prevista na IFRS 1, as reavaliações efectuadas antes da data de transição foram mantidas, designando-se esse valor como custo considerado para efeitos de IFRS.

Os Terrenos e Edifícios encontram-se registados ao justo valor, apurado com base em avaliações efectuadas por peritos independentes, numa óptica de melhor uso. O justo valor dos terrenos que se encontram adjacentes ao Autódromo do Estoril, foi considerado pela entidade que procedeu à avaliação dos mesmos, foi apurado no pressuposto de que existem projectos aprovados para aqueles terrenos, encontrando-se contudo os mesmos ainda dependentes de licenças a conceder por entidades externas.

As Imobilizações em Curso são registadas ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, e começam a ser depreciadas a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou disponíveis para utilização.

Amortizações

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, aplicando-se as taxas da Portaria 737/81, no que diz respeito aos bens já existentes em 31 de Dezembro de 1988. Para os bens adquiridos após aquela data aplicam-se as taxas máximas previstas no Decreto Regulamentar 2/90, com excepção dos valores relativos ao Hotel Atlantis Sintra Estoril e os da Interhotel – Sociedade Internacional de Hotéis, S.A., para os quais se utilizaram as taxas mínimas previstas no citado Decreto Regulamentar.

As vidas úteis estimadas são como se seguem:

	<u>ANOS</u>
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	4 - 24
Equipamento de transporte	3 - 6
Ferramentas e utensílios	3 - 8
Equipamento administrativo	3 - 10
Outras Imobilizações corpóreas	4 - 8

Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no Imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no Passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do Activo, calculada conforme descrito acima, são registados como custos na Demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

2.7 Imobilizações incorpóreas

As Imobilizações Incorpóreas compreendem essencialmente despesas com registo de marcas e alvarás, e encontram-se registadas ao custo de aquisição deduzidas das amortizações e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

As Imobilizações Incorpóreas não aceites pelos IFRS, designadamente as despesas com aumento de capital foram objecto de ajustamento registado em Resultados Transitados.

2.8 Investimentos financeiros

Os Investimentos financeiros relativos a partes de capital em empresas do Grupo e Associadas, estão valorizados ao custo de aquisição, com excepção das participações na Autodril, S.G.P.S, S.A. e Comportur – Companhia Portuguesa de Urbanização e Turismo, S.A. cujo valor foi corrigido em 1987, por força de aumentos de capital realizados por incorporação de reservas. As participações para as quais não se assegura uma influência significativa na actividade foram registadas ao valor mais baixo entre o custo de aquisição e o seu valor de realização.

Os Investimentos Financeiros em imóveis encontram-se registados ao custo de aquisição.

2.9 Clientes e devedores

Os saldos de clientes e devedores são contabilizados pelo valor nominal, deduzido de qualquer perda de imparidade.

2.10 Existências

As Mercadorias e as Matérias-primas, subsidiárias e de consumo estão valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

Os Produtos acabados e intermédios e os Produtos e trabalhos em curso da empresa mãe estão valorizados ao custo de aquisição ou, no caso de projectos, pelos custos directos incorridos pelo Departamento técnico e/ou estimativas de honorários, apuradas em 1995 e 1996, pela aplicação de tabelas de trabalhos de arquitectura e engenharia a cada uma das fases em que esses projectos se encontravam, deduzido dos ajustamentos.

Para Produtos acabados na G.P.A., S.A. que são constituídos por fracções destinadas a venda foi adoptado o valor realizável líquido, por se considerar inferior ao respectivo valor de custo.

2.11 Caixa equivalentes de caixa

A rubrica caixa e equivalentes de caixa incluem numerário e depósitos à ordem.

2.12 Imparidade

Os activos do Grupo são analisados à data de cada balanço, por forma a avaliar indicações de eventuais perdas de imparidade.

2.14 Provisões

São constituídas provisões no balanço sempre que o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado e sempre que é provável que uma diminuição, razoavelmente estimável, de recursos para liquidar a obrigação.

2.15 Especialização de Exercícios

Os custos e proveitos são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, segundo o qual às transacções são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes proveitos e custos são registados nas rubricas de Acréscimos e diferimentos.

2.16 Fornecedores e Outros credores

Os saldos de fornecedores e outros credores são registados pelo seu valor nominal.

2.17 Impostos sobre o rendimento

O Imposto sobre o rendimento do exercício foi determinado com base nos Resultados Líquidos das empresas incluídas na consolidação, ajustados de acordo com a legislação fiscal, e considerando a tributação diferida.

Tal como estabelecido na IAS 12 – “Imposto sobre o Rendimento”, são reconhecidos activos por impostos diferidos apenas quando exista razoável segurança de que estes poderão vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos activos sejam revertidos. No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura. (Ver Nota 13)

3. Empresas incluídas na consolidação

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes e proporção do capital detido em 30 de Junho de 2006 e 30 de Junho de 2005, são as seguintes:

	Percentagem de Capital detido		Condições de inclusão
	2006	2005	
Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A. Rua Misericórdia, 12 a 20, Piso 3 Sala 7 – 1200-273 Lisboa			
Directamente			
Autodril – Soc. Gestora de Participações Sociais, S.A. Rua Misericórdia, 12 a 20, Piso 3 Sala 7 – 1200-273 Lisboa	99,71%	99,71%	a)
Somotel – Soc. Portuguesa de Motéis, S.A. Rua Misericórdia, 12 a 20, Piso 3 Sala 7 – 1200-273 Lisboa	25,03%	25,03%	a)
Comportur – Comp. Port. De Urbanização e Turismo, S.A. Rua Castilho, 50 – 1250-071 Lisboa	51,60%	51,60%	a)
Indumármore – Indústria de Mármore, Lda Rua Misericórdia, 12 a 20, Piso 3 Sala 7 – 1200-273 Lisboa	90%	90%	a)
Indirectamente			
Autodril – Soc. Gestora de Participações Sociais, S.A.			
Grão-Pará Agroman – Sociedade Imobiliária, S.A. Rua Misericórdia, 12 a 20, Piso 3 Sala 7 – 1200-273 Lisboa	100%	100%	a)
Interhotel – Soc. Internacional de Hotéis, S.A. Rua Misericórdia, 12 a 20, Piso 3 Sala 7 – 1200-273 Lisboa	96,28%	96,28%	a)
Autodril – Sociedade Imobiliária, S.A. Rua Misericórdia, 12 a 20, Piso 3 Sala 7 – 1200-273 Lisboa	100%	100%	a)
Matur – Soc. De Empreendimentos Turísticos da Madeira, S.A. Rua Misericórdia, 12 a 20, Piso 3 Sala 7 – 1200-273 Lisboa	31,30%	31,28%	a)
Interhotel – Soc. Internacional de Hotéis, S.A.			
Matur – Soc. Emp. Turísticos da Madeira, S.A. Rua Misericórdia, 12 a 20, Piso 3 Sala 7 – 1200-273 Lisboa	2,74%	2,74%	a)

a) As empresas consolidadas encontram-se nas condições previstas nas alíneas a) e d) do n.º 1, art. 1º do Decreto-Lei 238/91, de 2 de Julho.

4. Empresas não incluídas na consolidação

As empresas não incluídas na consolidação, suas sedes e proporção do capital detido em 30 de Junho de 2006 e 30 de Junho de 2005, são as seguintes:

Firma	Percentagem de Capital detido		Condições de exclusão
	2006	2005	
Turidecor – Soc. De Decorações Turísticas e Hoteleiras, Lda. Rua Castilho, 50 – 1250-071 Lisboa	30%	30%	a)
Compete –Comp. Promotora de Empreend.Turísticos, S.A. Rua Castilho, 50 – 1250-071 Lisboa	89%	89%	b)
Orplano – Org. e Planeamento Técnicos de Construção, S.A. Rua Castilho, 50 – 1250-071 Lisboa	34%	34%	c)

a) Turidecor – Sociedade de Decorações Turísticas e Hoteleiras, Lda. Capital Social: 9.975,95 Euros. Esta empresa está sem actividade há vários anos, pelo que se enquadra nas condições previstas na alínea a) do nº 3, artigo 4º do Decreto-Lei 238/91 de 2 de Julho.

b) Compete – Companhia Promotora de Empreendimentos Turísticos, S.A. Capital Social: 9.975,95 Euros. Esta empresa está sem actividade há vários anos, pelo que se enquadra nas condições previstas na alínea a) do nº 3, artigo 4º do Decreto-Lei 238/91 de 2 de Julho.

c) Orplano – Organização e Planeamento Técnicos de Construção, S.A. Capital Social: 2.493,98 Euros. Esta empresa está sem actividade há vários anos, pelo que se enquadra nas condições previstas na alínea a) do nº 3, artigo 4º do Decreto-Lei 238/91 de 2 de Julho.

5. Aquisição e alienação de subsidiárias

Não ocorreram aquisições ou alienações de subsidiárias nos exercícios de 2005 e 2006.

6. Vendas e Prestação de Serviços

As Vendas e Prestações de Serviços por segmentos dos exercícios, findos em 30 de Junho de 2006 e 30 de Junho de 2005 distribuem-se da seguinte forma:

Actividades	30-06-2006			30-06-2005		
	Mercados		Total	Mercados		Total
	Interno	Externo		Interno	Externo	
Turística	2.995.862,08	33.225,92	3.029.088,00	2.595.356,75	38.506,39	2.633.863,14
Imobiliária						
Outras				34.489,91		34.489,91
Total	2.995.862,08	33.225,92	3029.088,00	2.629.846,66	38.506,39	2.668.353,05

7. Outros Proveitos Operacionais

Rubricas	30-06-2006	30-06-2005
Redução de provisões		16.375,70
Ganhos na alienação de imob. corpóreas	6.569,22	590.184,81
Proveitos suplementares	138.580,76	153.386,94
Outros	20.637,51	12.214,78
	165.787,49	772.162,63

8. Fornecimentos e Serviços Externos

Rubricas	30-06-2006	30-06-2005
Subcontratos	28.575,57	13.888,85
Energia	123.442,85	114.362,96
Combustíveis	82.710,28	57.746,77
Água	19.550,52	18.459,98
Outros fluidos	50.164,32	33.870,75
Ferramentas e utensílios	14.356,01	15.629,97
Material de escritório	18.586,32	16.809,97
Artigos p/ Oferta	658,38	
Rendas e Alugueres	23.378,52	8.899,81

Despesas de representação	22.129,05	24.223,26
Comunicação	35.079,54	40.425,14
Seguros	46.046,89	49.172,92
Transporte de pessoal	3.913,28	4.456,41
Deslocações e estadas	11.597,89	9.744,66
Comissões	19.495,56	65.519,60
Honorários	51.708,06	60.963,08
Contencioso e notariado	37.985,43	27.407,66
Conservação e reparação	86.926,59	94.606,76
Publicidade	42.064,01	39.887,37
Limpeza, higiene e saúde	21.554,96	26.705,61
Vigilância e segurança	5.756,68	25.683,25
Trabalhos especializados	223.938,30	124.357,04
Outros fornecimento e serviços	117.748,35	98.850,48
	1.087.367,36	971.672,30

9. Custos com o pessoal

Rubricas	30-06-2006	30-06-2005
Ordenados e salários	2.066.966,25	2.014.846,68
Pensões	64.047,26	65.081,88
Segurança Social e Outros	500.828,07	662.536,89
	2.631.841,58	2.742.465,45

Número médio de empregados em 30 de Junho de 2006 é de 350.

10. Amortizações

Rubricas	30-06-2006	30-06-2005
Edifícios e outras construções	1.047.668,31	1.110.856,81
Equipamento básico	117.668,42	119.248,59
Equipamento de transporte	24.359,21	29.078,80
Ferramentas e utensílios	1.538,11	1.289,95
Equipamento administrativo	27.136,01	29.666,61
Outras imobilizações corpóreas	10.844,59	12.099,28
	1.229.214,65	1.302.240,04

11. Outros custos operacionais

Rubricas	30-06-2006	30-06-2005
Impostos	60.192,84	76.185,97
Despesas confidenciais	6.439,28	39.180,75
Perdas na alienação de imob. corpóreas	a) 979.062,21	
Correcções relativas a exerc. Anteriores	9.756,60	38.050,93
Outros	13.460,15	16.073,69
	1.068.911,08	169.491,34

a) Verba relativa à menos-valia apurada na venda dos andares 9º e 10º do Edifício da Rua Castilho ao Fungere, bem como as vagas na garagens que pertencem as fracções.

12. Resultados financeiros

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

Custos e Perdas	Exercícios	
	30-06-2006	30-06-2005
Juros suportados	1.352.539,95	2.145.537,35
Diferenças de câmbios desfavoráveis		1.744.812,62
Outros custos e perdas financeiras	75.759,93	162.987,42
Resultados financeiros	-708.258,32	-4.053.051,82
	720.041,56	285,57

Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	30-06-2006	30-06-2005
Juros obtidos		235,56
Diferenças de câmbio favoráveis	a) 719.961,37	
Descontos de pronto pagamento obtidos	76,90	50,00
Outros prov. e ganhos financeiros	3,29	0,01
	<u>720.041,56</u>	<u>285,57</u>

a) Valor da diferença de câmbio resultante, quase na sua totalidade da actualização do empréstimo que a Empresa-mãe mantém com o Banco Espírito Santo no valor de USD 18.308.921,44.

13. Imposto sobre o rendimento

A Imobiliária Construtora Grão-Pará e as empresas do Grupo encontram-se sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC, à taxa de 25%, acrescida de Derrama a taxa de 10%, resultando numa taxa de imposto agregada de 27,50%.

Cada uma das empresas é tributada individualmente e contabiliza os impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre as bases contabilísticas e fiscais dos seus activos e passivos.

Os montantes agregados de imposto são decompostos como se segue:

	30-06-2006	30-06-2005
Corrente	9.120,40	25.343,83
Diferido	-27.922,00	-27.922,00
	<u>-18.801,60</u>	<u>-2.578,17</u>

14. Imobilizações Corpóreas

14.2 – Equipamentos em regime de locação financeira

Os bens utilizados em regime de locação financeira e respectivo valor contabilístico são os seguintes:

Bens	Ano	Taxa	Valor Contrato	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Material de Health Center	1996	6,25%	17.789,63	11.674,44	6.115,19
Sistema de Ar Condicionado	1997	6,25%	34.555,72	20.517,46	14.038,26
Viaturas	2003	25%	35.714,29	31.250,00	4.464,29
Viaturas	2004	25%	29.092,45	18.182,78	10.909,67
Equipamento Informático	1999	12,5%	40.761,76	38.214,15	2.547,61
Sistema de detenções de incêndio	1999	10%	12.872,15	9.654,11	3.218,04
Total			<u>170.786,00</u>	<u>129.492,95</u>	41.293,05

Grupo Grrão Pará - Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

14.1 - Movimentos ocorridos no semestre

Custo	Terrenos	Edifícios e outras Construções	Equipqmento básico	Equipamento de Transporte	Ferramentas e Utensílios	Equipamento Administrativo	Taras e Vasilhame	Outras Imob. Corpóreas	Imobilizações em curso	Adiant. p/ conta Imob.Corpóreas	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2006	58.118.965,74	82.519.361,94	13.304.088,83	613.311,30	177.693,93	5.376.888,31	74,32	1.786.326,38	780.464,29	0,00	162.677.175,04
Aquisições		81.532,87	4.316,86		213,75	9.077,40			122.537,03	0,00	217.677,91
Abates e alienações		3.822.235,03								0,00	3.822.235,03
Correcções e transferências											
Saldo em 30 de Junho de 2006	<u>58.118.965,74</u>	<u>78.778.659,78</u>	<u>13.308.405,69</u>	<u>613.311,30</u>	<u>177.907,68</u>	<u>5.385.965,71</u>	<u>74,32</u>	<u>1.786.326,38</u>	<u>903.001,32</u>	<u>0,00</u>	<u>159.072.617,92</u>
Amortizações e perdas por Imparidade											
Saldo em 1 de Janeiro de 2006		29.661.695,71	12.364.582,76	557.931,07	163.882,32	5.265.384,54	74,32	1.699.430,98			49.712.981,70
Amortizações do exercício		1.047.668,31	117.668,42	24.359,21	1.538,11	27.136,01		10.844,59			1.229.214,65
Perdas por imparidade											
Abates e alienações		883.825,59									883.825,59
Correcções e transferências											
Saldo em 30 de Junho de 2006		<u>29.825.538,43</u>	<u>12.482.251,18</u>	<u>582.290,28</u>	<u>165.420,43</u>	<u>5.292.520,55</u>	<u>74,32</u>	<u>1.710.275,57</u>			<u>50.058.370,76</u>
Valor Líquido											
Saldo em 30 de Junho de 2006	<u>58.118.965,74</u>	<u>48.953.121,35</u>	<u>826.154,51</u>	<u>31.021,02</u>	<u>12.487,25</u>	<u>93.445,16</u>	<u>0,00</u>	<u>76.050,81</u>	<u>903.001,32</u>	<u>0,00</u>	<u>109.014.247,16</u>
Saldo em 30 de Junho de 2005	<u>58.118.965,74</u>	<u>57.686.478,60</u>	<u>1.008.124,51</u>	<u>73.788,82</u>	<u>15.597,89</u>	<u>115.844,85</u>	<u>0,00</u>	<u>96.682,79</u>	<u>679.545,67</u>	<u>511.207,75</u>	<u>118.306.236,62</u>

14.3 - Garantias

Ver Nota 27.

14.4 – Imobilizado corpóreo em curso

O imobilizado corpóreo em curso refere-se aos seguintes investimentos:

Ampliação da Estalagem da Cegonha	903.001,32
-----------------------------------	------------

14.5 – Reavaliações

Diplomas legais em que se baseou a reavaliação de Imobilizações Corpóreas

Decreto-Lei nº 430/78	de 27 de Dezembro
Decreto-Lei nº 219/82	de 02 de Junho
Decreto-Lei nº 399-G/84	de 28 de Dezembro
Decreto-Lei nº 118-B/86	de 27 de Maio
Decreto-Lei nº 111/88	de 02 de Abril
Decreto-Lei nº 49/91	de 25 de Janeiro
Decreto-Lei nº 264/92	de 24 de Novembro
Decreto-Lei nº 31/98	de 02 de Fevereiro

O detalhe global dos custos históricos de aquisição de Imobilizações corpóreas e correspondente reavaliação, em 30 de Junho de 2006, líquidos de Amortizações acumuladas, é o seguinte:

Rubricas	Custo Histórico (a)	Reavaliações (a)(b)(c)	Valores Contabilísticos Reavaliados (a)
Imobilizações Corpóreas			
Terrenos e recursos naturais	7.643.325,78	50.475.639,96	58.118.965,74
Edifícios e outras construções	4.777.866,46	44.175.254,89	48.953.121,35
Equipamento básico	598.274,65	227.879,86	826.154,51
Equipamento de transporte	30.826,60	194,42	31.021,02
Ferramentas e utensílios	7.278,28	5.208,97	12.487,25
Equipamento administrativo	67.332,01	26.113,15	93.445,16
Outras imobilizações corpóreas	65.491,46	10.559,35	76.050,81
	13.190.395,24	94.920.850,60	108.111.245,84

(a) Líquidos de amortizações

(b) Englobam as sucessivas reavaliações

(c) Inclui o efeito das reavaliações extraordinárias.

15. Imobilizações Incorporadas

Não se registaram movimentos no semestre relativos a Imobilizações Incorporadas.

Custo	Prop.Industrial e Outros Direitos
Saldo em 1 de Janeiro de 2006	6.385,61
Aumentos	
Saldo em 30 de Junho de 2006	6.385,61
Amortizações e perdas por imparidade	
Saldo em 1 de Janeiro de 2006	6.385,61
Amortizações do exercício	
Saldo em 30 de Junho de 2006	6.385,61
Valor Líquido:	
Saldo em 1 de Janeiro de 2006	0
Saldo em 30 de Junho de 2006	0

16. Investimentos Financeiros

Rubricas	30-06-2006	30-06-2005
Partes de Capital em empresas Associadas	37.507,38	37.507,38
Títulos e Outras Aplicações Financeiras	687.293,21	687.293,21
Adiantamentos por conta de Investimentos financeiros	317.073,86	317.073,86
	1.041.874,45	1.041.874,45

Os Títulos e Outras aplicações Financeiras apresentam a seguinte decomposição:

	30-06-2006	30-06-2005
Investimentos em Imóveis	681.486,77	681.486,77
<u>Partes de Capital noutras empresas:</u>		
Valor Bruto	5.806,44	5.806,44
Provisão para perdas		
Valor líquido	5.806,44	5.806,45
	687.293,21	687.293,21

17. Impostos diferidos

Os Impostos Diferidos são passivos e respeitam exclusivamente a Imobilizações Corpóreas. Os movimentos ocorridos de Junho de 2005 a Junho de 2006 estão relacionados com a reversão dos Impostos Diferidos relativos às amortizações correspondentes à reavaliação dos activos em causa.

19. Existências

Rubricas	30-06-2006	30-06-2005
Matérias-primas e consumíveis	160.024,01	151.650,08
Produção em curso	a) 8.300.279,49	8.297.464,49
Produtos acabados	2.388.021,41	2.380.614,20
Mercadorias	1.640.972,48	1.644.204,80
	12.489.297,39	12.473.933,57
Provisão para perdas	2.184.584,17	2.181.092,84
	10.304.713,22	10.292.840,73

a) Inclui os projectos que se encontram a ser desenvolvidos pela Imobiliária Construtora Grão-Pará, nomeadamente os diversos projectos para os terrenos circundantes do Autódromo, pertencentes à Autodril-Sociedade Imobiliária, S.A., o projecto em Pena Furada da Comportur, S.A. e ainda os projectos na Madeira, após a conversão de terrenos turísticos em imobiliários, em virtude da ampliação do Aeroporto de Santa Catarina.

20. Outras Dívidas de Terceiros

Rubricas	30-06-2006	30-06-2005
Outros accionistas	108.854,81	108.854,81
Adiantamentos a fornecedores	6.806,15	7.140,78
Estado e Outros Entes Públicos – 20.1	198.628,77	177.904,36
Outros devedores – 20.2	19.418.431,09	17.473.111,89
	19.732.720,82	17.767.011,84

20.1 – Estado e Outros Entes Públicos

Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) a recuperar	198.628,77	177.904,36
--	------------	------------

20.2 – Outros devedores

Deste montante cerca de 16.950.000 Euros correspondem ao Crédito Fiscal que foi contabilizado em Dezembro de 2001 resultante da diferença entre o valor de liquidação das dívidas ao Estado pagas no âmbito do Acordo Global e o valor dos bens dados como pagamento.

21. Outros Activos Correntes

Rubricas	30-06-2006	30-06-2005
Custos Diferidos	462.605,81	413.918,83
Acréscimo de Proveitos	15.365,50	16.365,50
	<u>477.971,31</u>	<u>430.284,33</u>

22. Caixa e equivalentes de caixa

Rubricas	30-06-2006	30-06-2005
Depósitos à ordem	4.950,68	9.308,23
Caixa	10.518,70	9.200,08
Caixa e equivalentes de Caixa	<u>15.469,38</u>	<u>18.508,31</u>

23. Capital social

Não há categorias diferenciadas nas acções da Empresa e o capital social é composto por 2.500.000 acções e o seu valor nominal é de 5 Euros. As acções são quase na sua totalidade ao portador .

Principais accionistas	30-06-2006	30-06-2005
D. Fernanda Pires da Silva	671.582	671.582
Dr. Abel Pinheiro (Santa Filomena e KB Business)	507.661	507.661
Dr. Pedro Pinheiro (Edinger Holdins LLC)	119.478	115.883
Autodril – S.G.P:S.,AS	440.180	440.180
Matur – Soc. Emp. Turísticos da Madeira, SA	83.234	83.234
EDEC – Edificações Económicas, AS	150.924	150.924
Herdeiros do Sr. João Paulo Teotónio Pereira	54.159	54.159
Medes Holding LLC	213.766	204.129

26. Interesses Minoritários

	% Interesses Minoritários		Resultados Atribuídos	
	30-06-2006	30-06-2005	30-06-2006	30-06-2005
Interhotel – Soc. Internacional de Hotéis, S.A	4%	4%	33.175,65	68.769,98
Matur – Soc. Empreendimentos Turísticos da Madeira, S.A	66,20%	66,22%	96.561,43	267.428,09
Autodril – Soc. Gestora de Participações Sociais, S.A	0,29%	0,29%	724,82	386,59
Comportur – Companhia Portuguesa de Urbanização e Turismo, S.A	48,40%	48,40%	23.179,82	8.968,72
Indumármore – Indústria de Mármore, Lda.	10%	10%	125,86	1.038,13
			<u>153.767,58</u>	<u>346.591,51</u>

27. Empréstimos bancários

Os empréstimos bancários são exigíveis como segue:

	Prazo	30-06-2006	30-06-2005
Curto Prazo		19.573.208,55	14.407.807,98
Médio e Longo Prazo		44.963.310,36	54.489.106,22
		64.536.518,91	68.896.914,20

A dívida a médio e longo prazo é exigível como se segue:

2007	22.159.095,32
2008	22.159.095,32
2009	189.500,00
2010 e seguintes	455.619,73

Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A.

Hipotecas a favor do Banco Espírito Santo

- Financiamento no valor de USD 18.308.921,44 com garantia de diversos imóveis sítos na Madeira propriedade da Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A. e da Matur, S.A. no montante de 14.420.137 Euros.

- Financiamento de 21.908.140,00 Euros com garantia de terrenos propriedade da Autodril – Sociedade Imobiliária, S.A., do Aparthotel Alagoas propriedade da Somotel, S.A. e da Estalagem da Cegonha.

- Financiamento de 440.000,00 Euros com garantia de livrança com aval.

Hipoteca a favor do Banco BCPI Investimento

- Financiamento no valor de 2.712.019,85 Euros com garantia de imóveis sítos em Vilamoura. Capital em dívida á data – 408.119,73 Euros.

Hipoteca a favor do Banco Comercial Português

- Financiamento no valor de 805.500 Euros com garantia de 239.799 acções da Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A., propriedade da Autodril – S.G.P.S., S.A..

Interhotel – Sociedade Internacional de Hotéis, S.A.

Hipoteca a favor do Banco Totta & Açores

- Financiamento no valor de 5.377.041,33 Euros com garantia do edifício do Hotel Atlantis Vilamoura – Acordo de pagamento em 20 prestações, assinado a 8 de Fevereiro de 2000.

Hipoteca a favor Banco B.P.I.

- Financiamento no valor de 1.032.511,65 Euros com garantia do edifício do Hotel Atlantis Vilamoura – Acordo para pagamento em 20 prestações, assinado a 8 de Fevereiro de 2000.

Hipoteca subsidiária a favor do Banco Espírito Santo

- Financiamento no valor de 6.207.046,00 Euros com garantia de terrenos de propriedade da Autodril – Sociedade Imobiliária, S.A., do Aparthotel Alagoas propriedade da Somotel, S.A., da Estalagem da Cegonha propriedade da Grão-Pará, S.A. e imóveis propriedade da Matur, S.A..

Matur – Sociedade de Empreendimentos Turísticos da Madeira, S.A.

Hipoteca a favor da Caixa Geral de Depósitos

- Financiamento no valor de 9.975.957,94 Euros com garantia de diversos apartamentos, moradias e lote de terreno sítos na Madeira.

Autodril – Sociedade Imobiliária, S.A.

Hipoteca subsidiária a favor da Banco Espírito Santo

- Financiamento no valor de 7.610.914,00 Euros com garantia de terrenos sitos em Alcabideche, do Aparthotel Alagoas propriedade da Somotel, S.A., da Estalagem da Cegonha propriedade da Grão-Pará, S.A. e imóveis propriedade da Matur, S.A..

29. Outras Dívidas a Terceiros

Rubricas	30-06-2006	30-06-2005
Estado e Outros Entes Públicos	12.360.305,10	11.932.193,47
Adiantamento de Clientes	227.646,28	71.691,10
Outros accionistas	24.899,22	24.899,22
Outros Credores	6.259.100,04	634.005,21
	<u>18.871.950,64</u>	<u>12.662.789,00</u>

29.1 – Estado e Outros Entes Públicos

	30-06-2006	30-06-2005
Imposto sobre o Rend. Pessoas Colectivas - IRC	786.527,20	800.166,07
Imposto sobre o Rend. Pessoas Singulares – IRS	416.493,28	1.015.411,37
Contribuições para a Segurança Social	10.161.439,26	9.120.788,26
Imposto Municipal s/ Imóveis – IMI	994.534,17	994.516,58
Outros	1.311,19	1.311,19
	<u>12.360.305,10</u>	<u>11.932.193,47</u>

Das dívidas ao Estado e outros Entes Públicos que se encontram em mora, no montante global de cerca de 12.600.000 Euros (incluem cerca de 215.000 Euros de PEC que o grupo não contabilizou), cerca de aproximadamente 12.430.500 Euros estão incluídas nos valores a compensar com o montante do Crédito Fiscal reclamado na acção judicial que a empresa-mãe juntamente com algumas associadas intentaram contra o Estado em 2001.

Na sequência desta acção a Segurança Social aceitou ainda uma garantia bancária, em Dezembro de 2002, por parte da empresa-mãe, caucionando as dividas existentes a seu favor até Setembro de 2002, que assegurará o pagamento das mesmas no caso da situação contributiva não vir a ser regularizada até 60 dias após o transitio em julgado do processo.

No exercício de 2003 a empresa-mãe negociou com a Segurança Social a constituição de uma garantia real que cobrisse as responsabilidades, a partir de Setembro de 2002, da Imobiliária Construtora Grão-Pará e das restantes empresas signatárias do Acordo Global (Interhotel, S.A., Matur, S.A. e Autodril – S.G.P.S.,S.A.)

Apesar da Segurança Social ter mandado proceder à avaliação de terrenos que iriam garantir as responsabilidades vencidas e vincendas até ao valor Crédito Fiscal (16.952.409 Euros), a execução contratual da garantia oferecida não foi realizada, havendo agora a hipótese da sua não aceitação por parte daquela entidade pública.

No exercício de 2004, a acção judicial para reconhecimento do Crédito Fiscal teve uma decisão desfavorável em Primeira Instancia, sem sequer haver julgamento. Desta decisão foi interposto recurso, determinando que se realize julgamento em Primeira Instancia.

Em 2005 o Tribunal Central Administrativo reconheceu a existência de um crédito, tendo-lhe contudo atribuído um carácter cível e não de um Crédito Fiscal .

A empresa-mãe recorreu para o Tribunal Constitucional, tendo este decidido (transito em julgado a 26 de Abril) no mesmo sentido do Tribunal Administrativo. A empresa irá demandar judicialmente o Estado, com o argumento de proibição de enriquecimento sem causa.

Já no decorrer do segundo semestre de 2006 foram liquidadas a quase totalidade das dívidas ao Fisco e à Segurança Social, recorrendo-se a alienação do Hotel Atlantis Vilamoura pertença da Interhotel, S.A.

30. Provisões

	Provisões p/ outros Riscos e encargos	Provisões p/ proc. Judiciais/curso	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2006	133.629,16	10.624,40	144.253,56
Provisões constituídas no exercício			
Provisões utilizadas no exercício			
Provisões anuladas no exercício			
Saldo em 30 de Junho de 2006	133.629,16	10.624,40	144.253,56

31. Outros Passivos Correntes

Rubricas	30-06-2006	30-06-2005
Acréscimos de custos	9.396.066,92	8.442.575,29
Proveitos Diferidos	2.132,56	2.132,56
	9.398.199,48	8.444.707,85

31.1 – Acréscimos de Custos

	30-06-2006	30-06-2005
Remunerações a liquidar	1.043.551,34	998.662,68
Especialização de juros bancários	3.125.190,87	2.856.863,27
Especialização de juros da S.Social	4.472.303,73	3.938.546,25
Especialização de juros de Impostos	754.424,60	622.131,09
Outros	596,38	26.372,00
	9.396.066,92	8.442.575,29

33. Compromissos de capital

Não existem compromissos assumidos pelo grupo para aquisição de participações financeiras.

34. Contingências

A Imobiliária Construtora Grão-Pará (Empresa-mãe) é ré numa acção declarativa de condenação para indemnização por incumprimento de celebração de escritura pública de compra e venda de uma fracção no edifício da Rua Victor Cordon, que poderá ascender a 501.665,99 Euros.

A Empresa-mãe é ainda ré numa acção declarativa com processo ordinário, relativa à responsabilidade civil contratual decorrente de um contrato de prestação de serviços, em que foi condenada ao pagamento de 221.530 Euros acrescidos de juros desde de Outubro de 1993. A Empresa apresentou como caução a hipoteca de uma fracção de um prédio pertencente a uma empresa do grupo (Cine Teatro da Grão-Pará Agroman, S.A.), para a qual foram pedidas duas avaliações independentes. Já em Fevereiro de 2006 a empresa foi notificada de que a caução oferecida era inidónea, tendo sido apresentado nova caução, que se encontra em análise.

No processo intentado por José Parente Seixas à Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A., a empresa foi condenada ao pagamento do valor de 81.130, 87 Euros acrescido de juros até ao integral e efectivo pagamento.

À data de 30 de Junho de 2006 encontravam-se em curso os seguintes processos judiciais, referentes a acções intentadas por particulares sobre a posse dos terrenos circundantes do Autódromo, propriedade da Autodril – Sociedade Imobiliária, S.A.:

Processo nº 672/99 - Acção declarativa condenatória na forma de processo ordinário

Processo intentado por um terceiro para reconhecimento do direito de propriedade de imóveis que a Autodril – Sociedade Imobiliária reclama como seus por compra e os autores declaram como adquiridos por usucapião.

A empresa tem defendido os seus direitos no sentido de manter no seu património, o referido prédio, sendo seu utilizador e ocupante há vários anos.

O desfecho da acção é imprevisível pelas dificuldades em se comprovar a propriedade por parte da empresa, e pela complexidade da prova no que respeita aos autores.

Em termos de resolução prevê-se que no mínimo este processo terá ainda pelo menos 1 ano até à sua decisão.

Processo nº 124/99 - Acção declarativa de condenação para impugnação de justificação notarial. Cancelamento dos respectivos registos.

Processo intentado por particulares para declarar nulos os contratos de aquisição de pequenas parcelas de terreno encravados nos prédios circundantes do Autódromo (hoje pertença da empresa), que os autores reclamam como sendo legítimos donos e proprietários.

O desfecho da acção ainda não é previsível.

No exercício de 2004 foi instaurado um processo contra a Grão-Pará Agroman, S.A. pela Direcção Geral de Finanças por alegada dívida de Contribuição Autárquica dos anos de 1992 a 1999 no valor de 647.645 Euros. Este processo encontra-se em fase de recurso, tendo já a Grão-Pará Agroman, S.A., sido absolvida parcialmente. Paralelamente está a decorrer um outro processo do foro administrativo, em que a Empresa reclama o não pagamento de qualquer valor porque o edifício “Espaço Chiado” se encontra isento de Contribuição Autárquica pelo Decreto-Lei nº 8/83 de 24 de Janeiro, uma vez que o classifica como de interesse público.

A resolução deste último processo irá resolver automaticamente a cobrança coersiva que está a ser feita por parte da Direcção Geral de Finanças.

A Interhotel, S.A. é ré numa acção declarativa de condenação com processo ordinário, relativa ao não cumprimento de dois contratos de promessa de compra e venda e de dois contratos de compra e venda de mobiliário, tendo sido condenada ao pagamento de cerca de 18.600 Euros.

35. Garantias Prestadas

Em 30 de Junho de 2006 e 2005 existiam as seguintes garantias prestadas:

A favor de	<u>30-06-2006</u>	<u>30-06-2005</u>
Administração Fiscal	2.792.265,32	2.782.244,02
Fornecedores	436.533,51	594.331,29
Tribunais de Trabalho	60.093,54	60.093,54
Outros	75.673,20	75.174,40
	<u>3.364.565,57</u>	<u>3.511.843,25</u>

36. Partes relacionadas

36.1 – Controlo do Grupo

Ver Nota 3 e 4.

36.2 – Transacções com Administradores

Não existem transacções com Administradores

36.3 – Remunerações dos Administradores

As remunerações atribuídas ao Conselho de Administração foram as seguintes:

Empresas	Conselho Administração
Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A.	96.000,00
Interhotel – Soc. Internacional de Hotéis, S.A.	104.450,81
Matur – Soc. Empreendimentos Turísticos da Madeira, S.A.	39.895,74
Autodril – Soc. Gestora de Participações Sociais, S.A.	57.528,00
Comportur – Comp. Portuguesa de Urb. e Turismo, S.A.	34.713,00
G.P.A. – Grão-Pará Agroman, S.A.	21.000,00
Autodril – Sociedade Imobiliária, S.A.	53.518,00
Total	407.105,55

37. Eventos subsequentes à data do balanço

Já no segundo semestre de 2006, e na sequência da decisão do Tribunal Constitucional sobre o Crédito Fiscal (Nota 29), o Grupo procedeu à alienação do Hotel Atlantis Vilamoura a um Fundo de Investimento permitindo, deste modo, a liquidação da quase totalidade das responsabilidades ao Fisco e à Segurança Social do Grupo, bem como de algumas responsabilidades bancárias.

Lisboa, 27 de Setembro de 2006

A Administração
Dr. Abel Saturnino de Moura Pinheiro
Dr. Pedro Caetano de Moura Pinheiro

O Técnico Oficial de Contas
N.º 33.321 – Sandra Vieira

GRUPO GRÃO-PARÁ
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2006 E 2005
 (Valores expressos em Euros)

	30-06-2006	30-06-2005
Actividades Operacionais:		
Recebimentos de clientes	2.649.945,26	2.613.216,22
Pagamentos a fornecedores	-1.175.942,02	-1.259.387,26
Pagamentos ao pessoal	-1.044.590,55	-1.076.782,71
Disponibilidades geradas (aplicadas nas) pelas operações	<u>429.412,69</u>	<u>277.046,25</u>
Imposto sobre o rendimento pago		
Recebimentos de empréstimos concedidos		
Pagamentos de empréstimos obtidos		
Outros recebimentos/pagamentos relativos à act. Operacional	<u>150.606,36</u>	<u>-1.734.834,25</u>
Fluxos de caixa resultantes das actividades operacionais	<u><u>580.019,05</u></u>	<u><u>-1.457.788,00</u></u>
Actividades de investimento:		
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros		0,00
Imobilizações corpóreas		<u>0,00</u>
Fluxos de caixa resultantes das actividades de investimento		<u><u>0,00</u></u>
Actividades de financiamento:		
Recebimentos relativos a empréstimos obtidos	0,00	1.395.000,00
Reembolso de empréstimos	-426.765,53	-1.281.430,00
Pagamentos relativos a contractos de locação financeira	-10.641,00	-10.531,26
Pagamento de juros e custos similares	-78.857,17	-250.712,37
Fluxos de caixa resultantes das actividades de financiamento	<u>-516.263,70</u>	<u>-147.673,63</u>
Variação líquida de caixa e seus equivalentes	63.755,35	-1.605.461,63
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-1.545.977,10	-1.545.977,10
Efeitos das diferenças de cambio	719.961,30	-1.744.812,62
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u><u>-1.482.221,75</u></u>	<u><u>-3.151.438,73</u></u>

Lisboa, 27 de Setembro de 2006

O Técnico Oficial de Contas Nº 33.321
 Sandra Vieira

A Administração
 Dr. Abel Saturnino de Moura Pinheiro
 Dr. Pedro Caetano de Moura Pinheiro

Relatório de Revisão Limitada Elaborado por Auditor Registado na CMVM sobre Informação Semestral Consolidada

Introdução

1. Nos termos do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2006 da **Imobiliária Construtora Grão Pará, S.A.**, incluída no Relatório de Gestão, no Balanço consolidado que evidencia um total de 141.483.128 Euros e um total de capital próprio de 32.281.504 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 3.862.470 Euros, nas Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa e das alterações do capital próprio do período findo naquela data e no correspondente Anexo.

2. As quantias das demonstrações financeiras consolidadas, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos da Empresa posteriormente ajustados com as quantias necessárias para dar cumprimento às Normas Internacionais de Relato Financeiro, sem registo contabilístico, que foram objecto do nosso trabalho.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de informação financeira consolidada que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação e o resultado consolidado das suas operações; (ii) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas pela União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo e consistiu, principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira consolidada; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a verificação das operações de consolidação; (iv) a aplicação, ou não, do princípio da continuidade; (v) a apresentação da informação financeira consolidada; (vi) e se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão, com os restantes documentos anteriormente referidos.

7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre a informação semestral.

Parecer

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2006 não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas pela União Europeia e que, não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

9. Sem afectar o parecer expresso no parágrafo anterior, chamamos a atenção para os seguintes factos:

- i) Conforme referido nas Notas 29 e 37 do Anexo e no Relatório de Gestão, à data de 30 de Junho de 2006, encontravam-se em mora responsabilidades perante a Administração fiscal e a Segurança social, no montante de cerca de 12.600.000 Euros, estando provisionados os respectivos juros, no montante de cerca de 5.225.000 Euros. À data do nosso relatório, estes montantes encontram-se já liquidados na sua quase totalidade, tendo, para o efeito, sido alienado o hotel Atlantis Vilamoura, pertença da filial Interhotel, SA.
- ii) Subsistem em balanço encargos capitalizados com loteamentos, estudos e projectos de arquitectura, no montante de cerca de 5.100.000 Euros, relativos a empreendimentos imobiliários a desenvolver pelas filiais Matur, S.A. e Autodril, Sociedade Imobiliária, S.A., cuja realização só ocorrerá quando se vierem a concretizar aqueles projectos.

Lisboa, 27 de Setembro de 2006

AUREN Auditores & Associados, SROC, S.A.

(Inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob o nº 8158)

Representada por:

Victor Manuel Leitão Ladeiro
(R.O.C. nº 651)

